CAPÍTULO III

Abordagens Teóricas da Violência Interparental

INTRODUÇÃO

Os conflitos interparentais constituem para as crianças, um dos *stressores* mais significativos, com efeitos tipicamente negativos ao nível do seu ajustamento, nomeadamente se tais conflitos são inadequadamente resolvidos e envolvem agressões (Davies & Cummings, 1994). Alguns modelos conceptuais que procuram compreender a relação entre o conflito interparental e o ajustamento da criança, fundamentam as suas explicações no facto de que tais conflitos influenciam indirectamente o ajustamento da criança ao alterarem alguns aspectos do relacionamento pais – criança, designadamente ao ocasionarem inconsistências ao nível das práticas parentais (Cox, Paley & Harter, 2001; Fauber & Long, 1991, cit. Harold & Conger, 1997). Todavia, a investigação tem permitido uma melhor compreensão dos potenciais mecanismos através dos quais o conflito marital influencia directamente a criança. De acordo com Fincham (1994, cit. Harold & Conger, 1997), a primeira geração de investigações nesta área teve como principal propósito documentar a existência de uma associação entre conflitos maritais e o ajustamento da criança e, posteriormente, uma segunda geração preocupou-se em encontrar explicações plausíveis para o desenvolvimento dessa associação. Significou isto que, guiados por fundamentos conceptuais e teóricos e descobertas empíricas, os investigadores começaram a focar-se mais nos mediadores do impacto na criança da exposição à violência, bem como nos mecanismos e processos envolvidos (Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000).

O trabalho de Cummings e Cummings (1988, cit. Harold & Conger, 1997) teve um papel central no avançar para o segundo nível. Os autores sugerem que, as "dimensões de processo" (e.g., hostilidade parental), explicam uma parte considerável da variância relacionada com reacções

negativas da criança, mais do que as "dimensões estruturais" da família (e.g., famílias intactas *vs*. não intactas). Mais ainda, os autores chegam mesmo a sugerir que o nível de agressividade expresso nos conflitos entre casais, determinava problemas psicopatológicos da criança. Note-se que, ao focar este aspecto do conflito como um mediador importante do impacto, os autores abrem uma porta importante à investigação nesta área.

Assim, nos últimos dez a quinze anos, várias foram as propostas explicativas para o impacto na criança da exposição à violência. A diversidade de teorias apelava ora para o domínio de mecanismos directos que, sem influência de qualquer outro factor, explicavam as dificuldades de ajustamento da criança, ora se discutiam mecanismos indirectos, geralmente relacionados com as funções parentais, que consequentemente acabavam por influenciar esse mesmo ajustamento.

Neste capítulo é nosso propósito explorar como é que diferentes *stressores* relacionados com o problema da violência interparental na infância podem afectar o desenvolvimento da criança. Partiremos de duas concepções teóricas que constituem hipóteses explicativas subjacentes à maioria das teorias e estudos empíricos que procuram compreender o ajustamento de crianças expostas a *stressores.*

Posteriormente, faremos uma apresentação cronológica de algumas teorias explicativas sobre o impacto da violência interparental no ajustamento da criança. Desenvolveremos mais aquelas teorias que achamos mais pertinentes para o nosso trabalho de investigação, que apresentam maior suporte empírico e que constituem referências importantes em termos da abordagem terapêutica às situações de vitimação infantil.

1. COMPREENSÃO TEÓRICA DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL: HIPÓTESES EXPLICATIVAS CENTRAIS

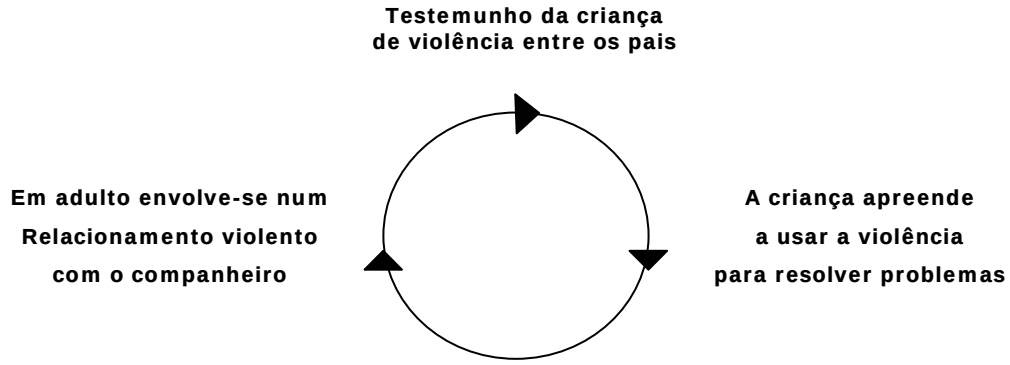
1.1. A Hipótese do Ciclo de Violência

Uma das hipóteses explicativas acerca do relacionamento entre a violência familiar e o ajustamento da criança assenta na crença de que "violência gera violência" (Curtis, 1963, cit. Kashani & Allan, 1998). No entanto, na opinião de Ertem, Leventhal e Dobbs (2000), os estudos que examinam esta crença não têm sido sistematicamente apoiados, existindo os que garantem a continuidade intergeracional da violência, sobretudo se esta for física, enquanto outros não sustentam essa hipótese.

A hipótese sobre o ciclo de violência, ancorada fortemente na teoria da aprendizagem social de Bandura, vem sugerir que a criança exposta a padrões de comportamento violento em casa terá uma maior probabilidade de usar padrões similares no futuro (Feldman, 1993; Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990; Nash, 1985), inclusive de experienciar violência no seu próprio relacionamento conjugal (Murphy & Blumenthal, 2000; Halford, Sanders & Behrens, 2000). Uma das razões prende-se com a modelagem exercida pelo progenitor violento e o reforço associado aos actos agressivos no contexto doméstico, onde a agressão é validada e surge como uma forma de obter controlo. A criança pode apreender a manipular, a seduzir e coagir os outros para satisfazer as suas necessidades, e em essência, começar a revelar uma personalidade antisocial (Graham-Bermann, 1998). Graham-Bermann (1998) acrescenta ainda que outras crianças, talvez pela maior identificação com a vítima, podem aprender que a única forma de coexistir com os outros é através da submissão, da culpabilização ou desistência perante as dificuldades. Portanto, o testemunho de situações de abuso na família de

origem constitui um risco acrescido quer para a perpetração de actos violentos, quer para a vitimação física no âmbito de relacionamentos íntimos (Burrington, 1999; Murphy & Blumenthal, 2000) (cf. Figura 3.1).

FIGURA 3.1 – "Ciclo intergeracional da violência" – Adapt. B.C. /Yukon Society of Transition Houses, Canada



Existe algum questionamento sobre se, neste processo de aprendizagem, o que se modelam são apenas comportamentos ou se alguma influência existe sobre as atitudes das pessoas e quais especificamente. Num estudo de Ulbrich e Huber (1981), os autores concluem que a observação de violência parental não afecta propriamente as atitudes acerca dos papéis da mulher, mas afecta as atitudes acerca da violência sobre estas. Dois outros autores, Alexander e Moore (1991) apresentam um estudo em que analisaram a transmissão intergeracional de violência entre casais de namorados, chegando a conclusões igualmente interessantes. A violência marital testemunhada parece predizer atitudes femininas liberais e atitudes masculinas conservadoras[12], sendo a discrepância de atitudes em relação à mulher e, particularmente, as atitudes liberais femininas, importantes

[12] Certas investigações, algumas com pendor feminista, descobriram que os homens que abusam detêm pontos de vista mais tradicionalistas acerca da mulher dos que os não abusadores (Bernard, Bernard & Bernard, 1985, Sigelman *et al*., 1984; Telch & Lindquist, 1984) ou pelo menos são percepcionados pelas suas esposas como possuindo atitudes mais tradicionalistas (Rosenbaum & O'Leary, 1981) (cit. Alexander & Moore, 1991).

preditores do seu próprio comportamento violento (Alexander & Moore, 1991).

Esta alternativa explicativa, que aponta para uma transmissão intergeracional da violência, encontra fundamento em vários estudos empíricos (e.g., Widom, 1989, Geller & Ford-Somma, 1989, Fagan & Wexler, 1987, cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990), alguns centrados na relação entre vitimação na infância e delinquência juvenil. Tais estudos comprovam a existência de elevados níveis de agressividade e comportamento violento em crianças de famílias violentas, sobretudo se também forem vítimas directas dessa mesma violência. Estes resultados corroboram a ideia de que a violência sofrida ou testemunhada provoca danos na criança e aumenta o risco de uma variedade de problemas, tais como a agressividade com os pares, diminuição das competências sociais e académicas, comportamento depressivo, baixa auto-estima, fugas do meio familiar, vadiagem, falta de empatia (Kruttschnitt & Dornfeld, 1993, Emery, 1989; Verduyn & Smith, 1995), que aumentam a probabilidade de início na delinquência em idade precoce.

O suporte para a hipótese sobre o ciclo de violência deriva, ainda, de estudos com crianças de mulheres maltratadas, que revelam a existência de uma associação entre exposição à violência parental na infância e subsequente comportamento violento em casa e na comunidade. Jaffe, Wolfe e Wilson (1990) citam, a este propósito, dois estudos: um primeiro de Lewis, Shanok, Pincus e Glaser (1979) que demonstrou que 79% das crianças violentas institucionalizadas relatavam terem testemunhado na sua infância violência extrema entre os seus pais, ao passo que somente 20% dos ofensores não violentos passaram por essa situação; um segundo estudo de Kalmuss (1984), usando dados de investigações com adultos, concluiu que a

observação de agressão e violência entre pais estava fortemente relacionada com práticas de violência marital severa, mais do que a vitimação directa durante a infância. O problema da violência marital tornar-se-ia mais frequente quando na adolescência, os indivíduos experienciam ambas as formas de violência. De acordo com o autor, esta transmissão intergeracional ocorre porque da exposição à violência entre os membros da família a mensagem que acaba por passar é a de que a agressão familiar é algo permitido, legitimando-se a aceitação da violência marital mais tarde (Kashani & Allan, 1998). Kalmuss considera, assim, que o preditor mais significativo de agressão marital é ter testemunhado violência doméstica durante a sua infância (Kalmuss, 1984, cit. Arroyo & Eth, 1995).

A perspectiva de aprendizagem vicariante por observação ou modelagem é também largamente aprofundada em estudos sobre os efeitos negativos da televisão nas crianças, nomeadamente pela observação da cenas televisivas agressivas. Muito embora possa admitir-se esse efeito, alguns autores acreditam que, aparentemente, a combinação de violência real e simulada constitui uma influência significativamente maior no desenvolvimento do comportamento violento, porventura criminal, do que somente uma das formas de apresentação da violência (Heath, Kruttschnitt & Wrad, 1986, cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). As conclusões dos estudos não colocam reservas em afirmar os efeitos de aprendizagem de qualquer uma das situações, todavia, o que continua a faltar é uma explicação adequada, que descreva em que condições a pessoa que observa aceita esse comportamento para guiar as suas próprias acções. Segundo Jaffe, Wolfe e Wilson (1990), uma hipótese possível poderia relacionar-se com o testemunho continuado de episódios violentes em vários contextos; no entanto, a informação disponível não é suficiente para avançar com certezas sobre que características e condições da criança (e.g., idade, sexo,

hereditariedade, contexto ambiental) poderiam criar uma maior vulnerabilidade à influência negativa da exposição a modelos violentos.

A experienciação pela criança de conflitos interparentais não tem que necessariamente resultar num impacto negativo. Algumas situações são normais entre casais e a observação pela criança da utilização de estratégias de confronto ajustadas à resolução construtiva do conflito pode ocasionar a aprendizagem dessas mesmas estratégias e o desenvolvimento de competências na resolução de conflitos futuros na sua vida. Quando os conflitos envolvem níveis elevados de agressividade, podem contudo resultar daqui consequências negativas para o desenvolvimento da criança (Cummings & Cummings, 1988, cit. Harold & Conger, 1997). Refira-se, no entanto, que muitos dos estudos baseiam-se em eventos retrospectivos, relatos dos pais e estudos de correlação (não causais), não apresentando por vezes grupos de comparação apropriados, limitações metodológicas estas que tornam difícil o firmar de conclusões quanto à adequabilidade desta hipótese explicativa.

Conclua-se esta parte, referindo que esta hipótese explicativa falha numa das questões mais importantes, nomeadamente pela insuficiente atenção dada aos processos emocionais e cognitivos, que podem funcionar como importantes mediadores de algumas formas de violência familiar (Emery, 1989). Assim, modelos puramente assentes em teorias de aprendizagem social dificilmente conseguem explicar o porquê de crianças expostas a violência interparental apresentarem um número considerável de problemas de internalização e externalização.

As teorias cognitivo-comportamentais que se focam na modelagem de esquemas e na forma como a criança processa e obtém sentido da informação social que recebe das situações de conflito familiar ou no grupo de pares, parecem ser extremamente úteis na compreensão dos problemas de agressividade e competência social e pessoal de crianças expostas à violência

(Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000). Um exemplo deste tipo de abordagem é o modelo cognitivo – contextual de Grych e Fincham (1990), que examina a relação entre as representações da criança sobre o conflito parental e as reacções comportamentais, estratégias de *coping,* atribuições de responsabilidade e capacidades de processamento da informação. Este modelo será apresentado mais à frente [13].

Outras explanações teóricas para o problema do impacto na criança da exposição à violência interparental e que contrariam uma hipótese puramente enraizada na aprendizagem social, surgem de teorias que focam o trauma (Dutton, 1999). Testemunhar outros a serem severamente maltratados pode ser extremamente traumático para uma criança, sobretudo quando essa violência é dirigida ao progenitor que cuida e protege (Margolin, Oliver & Medina, 2001). As teorias do trauma procuram explicar comportamentos como o excitamento traumático, o evitamento de pessoas ou lugares associados à violência e as memórias intrusivas ou *flashbacks* de eventos traumáticos, considerando que existem vários factores que afectam o modo como a criança consegue lidar com a exposição a um evento traumático, como o abuso da mãe (Lehmann, 2000). Entre estes factores incluem-se a percepção de perigo da criança e a avaliação que esta faz quanto à protecção do dano, quer para ela quer para os outros, o que pressupõe que o significado do evento para a criança e as respostas imediatas dos cuidadores desta influenciam, também, o grau de trauma que a criança pode experienciar (Pynoos, Sorenson & Steinberg, 1993). Esta noção reverte para a de *stress* pós-traumático, cujo sintomas podem não ser rapidamente detectados,

[13] Na literatura (e.g., Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000) são citadas, ainda, outras abordagens como a Teoria do Controlo Cognitivo (Santostefano, 1985) e a Teoria do Processamento Social de Crick e Dodge (1994), que focam o processamento cognitivo para explicar os comportamentos humanos, mas que não nos pareceram suficientemente pertinentes para referenciar neste capítulo, por não estarem directamente voltadas para a explicação do impacto da exposição à violência interparental.

porque podem ser expressos de uma forma que mascara a sua origem e etiologia (e.g., considerar, por exemplo, violência juvenil, as fugas de casa, o comportamento oposional extremo) (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990).

Herman (1992, cit. Graham-Bermann, 1998) vê as respostas ao *stress* extremo num *continuum* e não de uma forma discreta ou unitária, como pressupõe o conceito de desordem de *stress* pós-traumático. Desta forma é possível explicar a reacção de uma criança exposta à violência entre pais através de uma variedade de sintomas. A criança pode, ainda, a qualquer momento, estar sujeita à revitimação, quando exposta a novas situações abusivas ou quando, simplesmente, relembra situações passadas (e.g., quando observa imagens violentas na televisão). Segundo Arroyo e Eth, (1995), as crianças traumatizadas mais novas não consolidam as memórias com a clareza que encontramos em crianças mais velhas, pois as suas experiências tendem a colorir as suas percepções do mundo e a criança pode exibir certos medos, assim como um reduzido sentido de futuro. A ausência de suporte, por exemplo, de uma vinculação positiva a um progenitor (Graham-Bermann, Levendosky, Porterfield & Okun, 1996, cit. Graham-Bermann, 1998), capaz de inocular os efeitos negativos do abuso na criança, pode torná-la ainda mais vulnerável ao impacto traumático (Dutton, 1999).

Assim, os relatos mais completos acerca dos problemas apresentados por crianças expostas à violência são, provavelmente, os provenientes de abordagens que conjugam distintas orientações teóricas (e.g., comportamental e cognitiva). Os conteúdos cognitivo, emocional e comportamental dos esquemas evidenciados por crianças expostas são entendidos como resultado da aprendizagem pelo condicionamento instrumental através da experiência, ao tentar evitar o perigo para o próprio e para os outros (Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000).

1.2. A Hipótese da Disrupção Familiar

As hipóteses explicativas relativas à influência directa da violência no ajustamento da criança são indubitavelmente viáveis, mas tendem a falhar na explicação de alguns mecanismos que podem, indirectamente, afectar o desenvolvimento da criança em famílias violentas. Patterson (1982) descreve o conflito marital como um dos *stressores* familiares mais severos, capaz de alterar o temperamento dos pais e tornar disruptiva a implementação das práticas de gestão familiar, tais como a imposição de regras domésticas, a monitorização, o ser contigente nas consequências e usar a resolução efectiva de problemas (cit. Margolin, Oliver & Medina, 2001). Podemos considerar que eventos familiares *stress*antes, como os conflitos interparentais, criam um clima que coloca a criança em confronto imediato com o perigo, o medo, a insegurança e a imprevisibilidade dos adultos, que a obrigam a adoptar estratégias de confronto com aspectos particulares do conflito, como a ineficácia parental, as mudanças de residência, o *stress* dos irmãos e muitos outros (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). Estabelece-se, assim, uma hipótese de disrupção familiar, como fundamento possível, na explicação dos problemas de ajustamento da criança (Conger, Patterson & Ge, 1995; Pumamäki, Qouta & El Sarraj, 1997), quando perante situações perigosas e violentas. As principais figuras de vinculação da criança, geralmente a mãe, podem contribuir para o ajustamento da criança, amortecendo as consequências negativas através de afecto positivo e práticas educativas adequadas. Estas últimas podem encorajar a criança a adoptar mecanismos de *coping* efectivo e aumentar os seus recursos, os quais, por sua vez, promovem o seu ajustamento psicológico (Pumamäki, Qouta & El Sarraj, 1997).

A hipótese explicativa da disrupção familiar destaca-se numa generalidade de perspectivas, entre elas as que focam importantes aspectos

da organização familiar (e.g., abordagens familiares sistémicas) e as que evidenciam os relacionamentos diádicos na família, especialmente a importância das relações pais e filhos (cf. Cox, Paley & Harter, 2001) na construção de significados de segurança da criança (e.g., a teoria da vinculação de Bowlby, 1988; o modelo de segurança emocional de Cummings & Davies, 1994).

As perspectivas familiares sistémicas vêem a família como uma unidade e procuram compreender como é que a violência parental opera em função da unidade e do papel que cada elemento representa nesse sistema (Alarcão, 2002; Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000). O sistema de relacionamentos, papéis e poder que caracterizam uma família é utilizado pelas abordagens familiares sistémicas para explicar as dificuldades que as famílias violentas enfrentam, incluindo as crianças. Tais dificuldades traduzem-se num elevado nível de *stressores* familiares e pessoais, capazes de esgotar os seus recursos para aprender novas estruturas organizacionais. Nestas abordagens não se vislumbra a condenação do ofensor pela violência perpetrada, mas sobretudo o interesse em mostrar o papel que a violência exerce no funcionamento da família, assim como compreender as aprendizagens que decorrem neste sistema. Assim, estas perspectivas concebem um possível impacto da violência conjugal pelas alterações causadas ao nível das competências parentais dos adultos, que interferem nos cuidados necessários ao desenvolvimento da criança, fazendo com que estes decorram de forma atípica, moldados pela estrutura e funcionamento do sistema familiar (Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000). Desta forma, as abordagens familiares sistémicas acabam por sublinhar, também, alguns aspectos dos modelos de transmissão intergeracional, ao considerarem as influências recíprocas do comportamento dos membros desses sistema familiar (Kashani & Allan, 1998). Segundo estes últimos autores são, ainda,

importantes as crenças desenvolvidas pelos membros da família (e.g., aceitabilidade da violência) capazes de prejudicar a capacidade daquela resolver problemas de uma maneira efectiva e não violenta.

As perspectivas relacionais conseguem igualmente ilustrar algumas das dificuldades das crianças expostas à violência interparental em situações e relacionamentos sociais. Em famílias violentas, é menos provável que os relacionamentos parentais estejam consistentemente focados nas necessidades da criança, acabando por afectar os processos de vinculação (Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000). Nestas abordagens teóricas, os mecanismos de aprendizagem providenciam uma explicação insuficiente para a formação dos laços de vinculação e segurança emocional às pessoas que cuidam da criança. O grande enfoque das teorias relacionais está na noção de que o normal desenvolvimento da criança resulta de adequados cuidados maternos, que permitem que as representações de si e dos outros sejam integradas. O indivíduo desenvolve um modelo representacional interno acerca dos relacionamentos, baseados na experiência prévia com outros significativos, modelos esses que podem ser modificados ao longo do tempo, mediante novas experiências em relacionamentos significativos (Graham-Bermann, 1998). Uma das teorias relacionais que levanta esta hipótese da vinculação para compreender as reacções da criança, nomeadamente ao conflito dos adultos, é o modelo de Cummings e Davies (1994) que enfatiza a noção de segurança emocional, o qual caracterizaremos adiante. As teorias relacionais podem, assim, promover explicações bastante satisfatórias para algumas das reacções de crianças que testemunham a violência no seu contexto familiar, como por exemplo, a baixa auto-estima, as dificuldades na confiança e relacionamentos interpessoais ou na regulação da emoção e do comportamento (Rossman, Hughes & Rosenberg, 2000).

2. TEORIAS EXPLICATIVAS

2.1. Teoria da Aversão de Emery (1989)

Emery (1989) baseado numa teoria desenvolvimental de causalidade múltipla (e.g., atendendo a aspectos como os vários estados psicológicos, *stressores* situacionais, experiências sociais) procura explicar a diversidade de respostas da criança à violência familiar. O autor teoriza que a criança experiencia *stress* quando observa conflitos violentos entre adultos, tendendo a responder a tais conflitos com estratégias mais ou menos directas, que visam diminuir a violência e consequentemente o *stress* sentido.

A sua proposta explicativa sobre as reacções da criança aos conflitos parentais, traduz-se, assim, num modelo familiar sistémico que opera a partir de três pressupostos: I. O conflito constitui um evento aversivo que cria *stress* na criança; II. A criança reage emocional e instrumentalmente no sentido de aliviar esse *stress* negativo, e; III. As acções da criança que reduzem o conflito tendem a ser mantidas, devido à função que acabam por ter para a criança e para a própria família (Emery, 1989). Note-se que este modelo foca a regulação emocional e uma perspectiva funcionalista da expressão emocional, uma componente que podemos ver valorizada noutros modelos (e.g., Davies & Cummings, 1998).

O autor refere que a distracção do ofensor (e.g., a criança começar a contar acontecimentos relacionados com o seu dia escolar) ou a tentativa de mudança do foco atencional (e.g., tornar-se o foco de atenção do adulto) constituem duas das estratégias mais usadas pelas crianças para pôr termo à violência sobre a vítima. Estas reacções mal adaptativas da criança conduzem a um propósito positivo para o sistema familiar, pelo que são reforçadas negativamente como respostas úteis para pôr fim à violência na

família. Algumas dessas respostas podem constituir processos de *coping* emocionais ou cognitivos internos, mas outras pode ser acções que têm um função individual ou interpessoal (Emery, 1989).

Esta hipótese de disrupção deriva, simultaneamente, de modelos de aprendizagem social e teorias do sistema familiar, que predizem que os eventos essencialmente negativos na família conduzem a uma disrupção ao nível das rotinas normais junto da criança (e.g., práticas educativas, estrutura, actividades) e, desta forma, criam a necessidade da criança se adaptar rapidamente a novas circunstâncias (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). Todavia, este modelo falha, ao não considerar o estado desenvolvimental da criança como influenciador do seu funcionamento cognitivo e desenvolvimento emocional, assim como ao não conceber que, não obstante a criança querer diminuir o seu estado de *stress*, a sua principal motivação pode ser proteger a vítima (Humphreys, 1993).

2.2. Teoria do *stress* pós-traumático de Silverman e Kaersvang (1989)

Silverman e Kaersvang (1989) sugerem que a observação da violência entre pais constitui um evento traumático para a criança capaz de, por si só, desencadear uma sintomatologia de *stress* pós-traumático (cit. Humphreys, 1993). Os autores consideram que o trauma pode resultar da percepção de perigo, mesmo que não se preveja algum dano físico. A observação da violência entre figuras próximas produz na criança uma fragmentação do *self*, levando–a a experienciar imagens fragmentadas e não interpretadas. Um processo psicológico normal requer que a criança compreenda o evento, constitua um entendimento e as suas próprias emoções, para que o trauma

possa ser considerado como passado. As crianças que experienciam eventos traumáticos como o testemunho de violência interparental têm geralmente dificuldade neste processo de integração.

Esta teoria valida muitos dos pressupostos da teoria da aprendizagem social, nomeadamente quanto às diferenças de género na resposta ao abuso maternal, não obstante os inconsistentes resultados que a investigação, em geral, tem apontado sobre o efeito mediador desta variável. Apesar dos limites à generalização das suas explicações, a verdade é que a teoria fornece um contributo importante para a compreensão do impacto que o testemunho de violência interparental pode ter nas crianças.

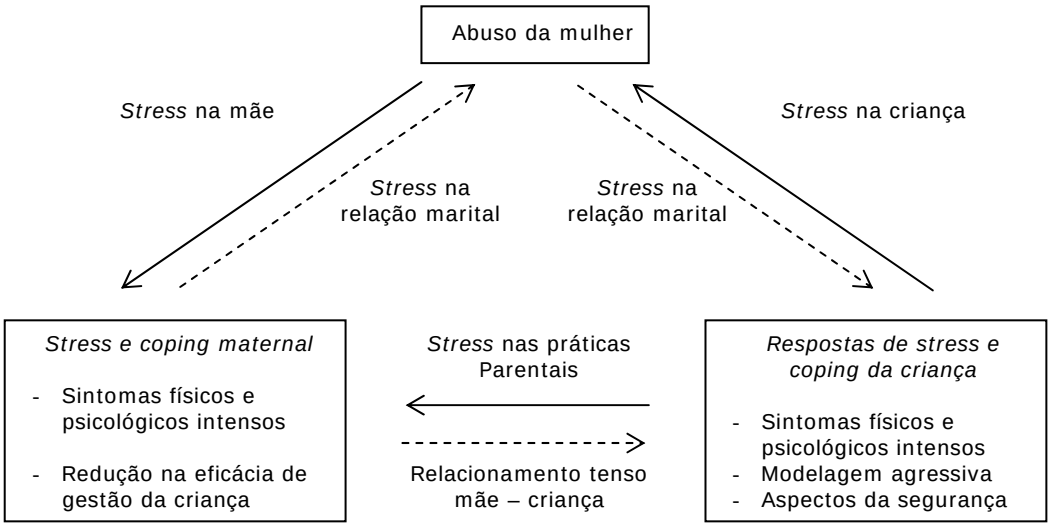
A teoria parece-nos algo simplista e não está especificamente voltada para a explicação da violência continuada testemunhada por crianças, mas para o trauma imediato e os processos patogénicos, pelo que é provável que esta explicação teórica, embora possa ter fundamento na intervenção junto de certas crianças, sobretudo numa fase de crise, possa não ser suficientemente profícua no trabalho com crianças expostas à violência interparental ao longo do tempo.

2.3. Teoria do *stress* e *coping* de Jaffe, Wolfe e Wilson (1990)

Este modelo procura estabelecer uma inter-relação entre o que os autores designam por abuso da mulher, as respostas de *stress* e *coping* (confronto) exibidas pela mãe e as reacções de *stress* e *coping* manifestados pela criança (cf. Figura 3.2). Segundo Jaffe, Wolfe e Wilson (1990), o abuso da mulher cria *stress* na criança, gerando nesta tentativas de confronto (*coping*), traduzidos em sintomas comportamentais e emocionais intensos. Outros efeitos possíveis podem ser o aumento do comportamento agressivo,

em resultado de um processo de modelagem pelo pai e aspectos relacionadas com a segurança da criança. Por sua vez, as reacções emocionais e comportamentais da criança à violência geram *stress* adicional no relacionamento marital, podendo agravar a situação. A situação de abuso pode, também, conduzir a uma série de problemas na família que podem causar *stress* na criança de uma forma indirecta.

FIGURA 3.2 - Associação entre o abuso da mulher e os problemas desenvolvimentais da criança (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990, p.64).



À semelhança da criança, a própria mãe pode, em resultado do abuso, exibir sintomas físicos e psicológicos intensos, que afectam a sua eficácia no cuidado dos seus filhos, e consequentemente agravam a capacidade de confronto da criança com eventos familiares adversos.

Nesta abordagem, os autores defendem que as crianças são directamente afectadas pela violência que observam e que é dirigida às suas mães, subentendendo uma explicação sobre a transmissão intergeracional, baseados na hipótese de que as famílias violentas providenciam uma modelagem agressiva para as crianças. Consideram, ainda, que a criança é

afectada indirectamente pelo testemunho do abuso materno, em resultado das mudanças que ocorrem no ambiente educativo familiar, sugerindo uma interpretação baseada na disrupção familiar (Humphreys, 1993).

Neste modelo constituem mediadores importantes do impacto as percepções construídas pela criança, assim como o papel que as mães podem desempenhar nesse conflito. Factores associados ao *stress* maternal, designadamente os efeitos directos (elevada frequência e intensidade) e indirectos (ausência de confronto da mãe), podem mediar parcialmente, o impacto do testemunho do abuso na criança. Finalmente, relevam também, para este modelo explicativo, as reacções da criança à observação de abuso das mães, como tendo efeitos directos e indirectos na violência, e consequências a longo prazo variáveis e significativas.

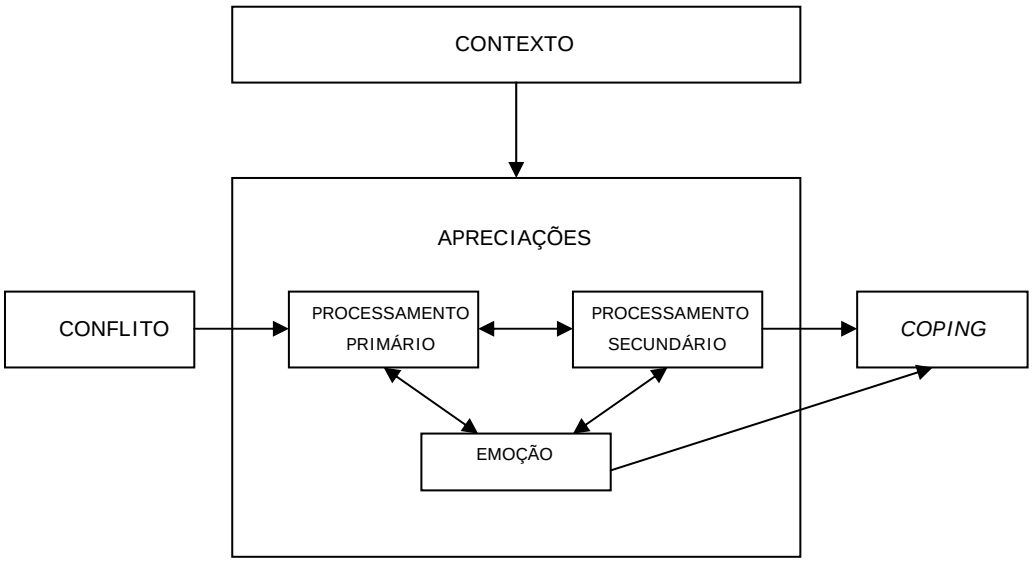
2.4. Modelo cognitivo–contextual de Grych e Fincham (1990)

Em 1990, Grych e Fincham propõem um *modelo cognitivo – contextual*, que enfatiza a importância das próprias apreciações da criança acerca dos conflitos maritais no seu comportamento. Este modelo sugere que a criança faz avaliações relativas ao significado do *stressor* para o seu bem-estar, com base na cognição e no afecto (Dadds, Atkinson, Turner, Blums & Lendich, 1999). A cognição e a emoção têm um relacionamento dinâmico e recíproco neste processo de apreciação, isto é, as percepções e interpretações do conflito interparental modulam a resposta afectiva inicial. As emoções, por seu lado, vêm colorir as suas interpretações acerca das interacções (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

Segundo os autores, a observação pela criança dos conflitos parentais, implica-a num processo (cf. Figura 3.3), em que esta começa por avaliar o

nível de ameaça ocasionado pelo conflito (processamento primário), procura compreender a razão da sua ocorrência (processamento secundário) e decide como responder a este (*coping*) (Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990). Se o conflito não for percebido como ameaçador pela criança é pouco provável que esta lhe preste muita atenção. Contudo se se sentir particularmente ameaçada, haverá a segunda fase, em que a criança formulará um conjunto de representações relativas à estabilidade causal, culpabilização e eficácia no *coping* (Dadds, Atkinson, Turner, Blums & Lendich, 1999). A estabilidade causal envolve uma decisão da criança sobre a causa do conflito, a qual se percebida como estável poderá gerar na criança um *stress* negativo evidente, porque se pressupõe que o conflito possa continuar e nada poderá ser feito para o evitar. A culpabilização diz respeito ao grau de responsabilização e censura que a criança atribui a ela própria, levando-a a experienciar sentimentos intensos de vergonha e culpa. A eficácia no *coping* refere-se às crenças da criança sobre as suas capacidades para se confrontar com o conflito.

FIGURA 3.3 – Modelo cognitivo - contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001, p.160).



De acordo com Grych e Cardoza-Fernandes (2001), o processo de apreciação pode continuar mesmo depois do conflito ter terminado, pois a criança pode ruminar a respeito de uma interacção posterior e elaborar ou mudar a sua compreensão do conflito, baseada nas suas ruminações ou em informação nova (e.g., um dos progenitores explicar a razão do conflito à criança).

Para este modelo, certas representações da criança acerca dos conflitos interparentais são cruciais na compreensão do impacto na criança destes incidentes (Grych, Seid & Fincham, 1992). Compreender as causas e consequências dos eventos significativos, particularmente aqueles que são ameaçadores e aversivos, é adaptativo porque aumenta a capacidade do indivíduo para responder efectivamente, antecipar o comportamento do outro, predizer outros eventos e determinar o foco das estratégias de *coping*. No entanto algumas atribuições podem aumentar o stress causado pelo conflito. Assim, por exemplo, o sentimento de responsabilização por parte da criança quanto à ocorrência dos eventos, pode estar na origem de sentimentos depressivos, da baixa auto-estima, sentindo-se ameaçada e incapaz de se confrontar activamente com a situação, o que aumenta ainda mais a sua ansiedade (Grych, Seid & Fincham, 1992; Sani, 2002). Em contrapartida, uma expressão e resolução construtiva dos conflitos é interpretada de maneira diferente pela criança, podendo inclusive, ser uma experiência positiva, na medida em que promove a expectativa de que os conflitos interpessoais podem ser satisfatoriamente resolvidos (Grych, 1998). Significa, portanto, que os conflitos maritais não são necessariamente negativos para a criança. Goodman, Barfoot, Frye e Belli (1999) partilham desta ideia, pois consideram que os pais envolvidos em conflitos menos frequentes, mais construtivos e na maioria das vezes bem resolvidos podem modelar formas adaptativas de resolver problemas sociais, promover um

ambiente seguro e de suporte emocional em casa, que pode facilitar o desenvolvimento na criança da capacidade de regular as suas emoções e comportamento.

Grych e Fincham (1990) defendem que as apreciações que a criança faz dos conflitos interparentais são uma função das propriedades do conflito (e.g., frequência, intensidade, conteúdo) e dos factores contextuais (e.g., a experiência prévia de conflito na família, o contexto de ocorrência, a qualidade dos relacionamentos da criança). No que concerne às propriedades do conflito, o nível de hostilidade ou agressão exibidos pelos pais e a qualidade de resolução do conflito parecem ser influências particularmente importantes na resposta da criança ao conflito (Cummings & Davies, 1994; Grych, 1998). Os conflitos mais hostis geram mais afecto negativo, uma maior percepção de ameaça e baixa eficácia no *coping*, mas não tendem a afectar as atribuições da criança pela existência da violência. O conteúdo do conflito surge associado a aspectos relatados pela criança, como vergonha, responsabilização/culpa, baixa percepção de competência e controlo sobre o eventos (Grych & Fincham, 1993 cit. Grych, 1998; Sani, 2002), mas não a sentimentos de tristeza, raiva ou medo (Davies, Myers & Cummings, 1996, Grych & Fincham, 1993 cit. Grych, 1998).

O factor contextual que recebeu especial atenção neste modelo foi a história de exposição ao conflito na família. Consideram os autores que a exposição prévia da criança a conflitos interparentais influencia significativamente as percepções de ameaça e eficácia no *coping*, pois tais experiências sustentam fortemente as crenças da criança sobre o desenrolar deste eventos (Grych, 1998). É possível que tal esteja relacionado com expectativas sobre a escalada de agressão do conflito e a sua má resolução, resultando talvez num alargamento do conflito aos outros membros da família.

Um outro aspecto contextual importante prende-se com o próprio espaço privilegiado de ocorrência das situações de violência, designadamente o contexto familiar, muitas das vezes marcado por outras formas de hostilidade, por exemplo entre pais e filhos (Grych, 1998). Segundo o autor, para as crianças que experienciam, simultaneamente, violência interparental e maus tratos, a sua percepção de ameaça quanto ao conflito entre pais tende a ser maior, porque temem pela possibilidade de um maior nível de hostilidade e agressão dirigidas a elas próprias.

Um outro factor contextual que afecta a apreciação que a criança possa fazer dos conflitos é a qualidade afectiva do relacionamento de cada um dos pais ou cuidadores com a criança (Cox, Paley & Hater, 2001). Este factor assume em algumas teorias um papel privilegiado (e.g., Davies & Cummings, 1994), como factor de resiliência, capaz de amortecer o impacto da experiência de vitimação indirecta, por exemplo, ao reduzir a percepção de ameaça da criança face ao conflito interparental. Todavia, o predomínio de afecto negativo dos pais (e.g., estarem zangados, exaustos, desmoralizados) em resultado do conflito marital acaba por 'contaminar' ou tornar disruptivas as interações entre os pais e a criança (Cox, Paley & Hater, 2001). Os pais podem estar menos disponíveis do ponto de vista emocional para a criança ou, simplesmente, não perceberem ou detectarem as suas necessidades emocionais (Cox, Paley & Hater, 2001).

O género e o nível desenvolvimental da criança são considerados também factores contextuais nesta abordagem. A questão do género releva, segundo os autores, pela diferenciação nas experiências de socialização de rapazes e raparigas, as quais podem afectar a percepção e respostas de cada um ao conflito. Por sua vez, o nível desenvolvimental tem implicações na capacidade da criança para compreender interacções complexas. As percepções das crianças acerca das causas que modelam a expressão dos

afectos e o comportamento diferenciam-se bastante com a idade, mudam gradualmente, e deixam de focar-se em factores proximais (como o seu próprio comportamento), mas mais distais e psicológicos, como as características de personalidade dos pais (Covell & Abramovitch, 1987; Miler & Aloise, 1989, cit. Grych, 1998).

A investigação tem revelado que a observação de formas hostis e agressivas de violência interparental sensibiliza a criança para conflitos no futuro, produzindo sentimentos negativos intensos, reactividade psicológica e desejo de intervir no conflito quando este ocorre. A ligação entre a experiência da criança com os conflitos interparentais e as apreciações ou representações que formula reflectem a operação de esquemas no que concerne à expressão e resolução do conflito interpessoal (Grych, 1998). Segundo o autor, os esquemas são estruturas cognitivas que compreendem o conhecimento e as crenças de uma pessoa acerca de um assunto particular e parecem afectar a atenção, a percepção e a memória quando surge nova informação acerca desse assunto. Desenvolvem-se esquemas sobre o *self*, os outros, as situações, e inclusive, sobre os relacionamentos interpessoais (Baldwin, 1992, cit. Grych, 1998), sendo que um dos elementos desses esquemas pode envolver crenças e expectativas sobre o que acontecerá quando surgem conflitos nos relacionamentos próximos. Desta forma, compreende-se o efeito, particularmente poderoso, que os conflitos interparentais podem ter para o desenvolvimento de ideias na criança sobre como gerir os conflitos interpessoais (Grych, 1998).

Assim, baseados nesta ideia de que o conflito interparental afecta a criança, através da avaliação cognitiva que esta faz dele, Grych, Seid e Fincham (1992) desenvolveram uma escala de autorelato - *Children's*

Perception of Interparental Conflict (CPIC)[14] - que procura apreender as percepções da criança do conflito marital.

As representações que são particularmente relevantes no sentido de influenciar o impacto do conflito na criança são a percepção de ameaça, a eficácia no *coping*, as atribuições causais e a percepção de culpa. Segundo Grych, Seid e Fincham (1992), as crianças podem sentir-se ameaçadas pelos conflitos interparentais por várias razões: temer pela escalada do conflito, medo de ser envolvida ou ser objecto de agressão, recear consequências como a separação ou o divórcio.

As crenças na sua capacidade para lidar com o conflito ou as expectativas na eficácia são também importantes. Se tais expectativas forem altas a criança sentir-se-á mais confiante e capaz de adoptar comportamentos de *coping* face aos conflitos. Todavia, se as expectativas de eficácia forem baixas, o sentimento de impotência da criança é maior e a probabilidade de *coping* com a situação diminuída.

No que diz respeito às atribuições causais, a percepção das causas como estáveis cria na criança a expectativa de que os conflitos vão persistir, o que gera nela sentimento de tristeza, ansiedade, agressividade ou desesperança.

Finalmente, as crianças que se culpam pelo sucedido podem experienciar vergonha e *stress* e isso influencia também a sua capacidade para intervir no conflito interparental.

[14] Esta escala será descrita com mais pormenor no capítulo da metodologia, dado tratar-se de um dos instrumentos usados para a nossa investigação.

2.5. Modelo da "Segurança Emocional" de Davies e Cummings (1994)

Uma outra hipótese explicativa para a possível relação entre os conflitos maritais e os problemas de ajustamento da criança é, segundo Davies e Cummings (1994), a da "*segurança emocional*". Segundo Cummings (1998), o modelo que apresentam é construído e complementa o modelo cognitivo – contextual de Grych e Fincham (1990) que, como vimos, defende que o processamento cognitivo e os comportamentos de *coping* da criança são moldados pelas características do conflito marital e factores contextuais como a experiência passada de conflitos. No entanto, nessa perspectiva teórica, a cognição é reconhecida como importante processo de *coping*, enquanto que, para os autores do presente modelo, é dada ênfase à emoção na compreensão do ajustamento da criança ao conflito marital (Cummings, 1998). De acordo com este modelo, as emoções funcionam como um sistema de monitorização e guia na representação dos eventos e motivação do comportamento. Para entendermos a regulação emocional da criança, temos que privilegiar a compreensão da emoção no contexto dos objectivos e relações dinâmicas entre a criança e o seu meio (Davies & Cummings, 1998). Por essa razão, a primeira tarefa passa por identificar os objectivos e contextos relevantes para a regulação emocional, sendo que, de acordo com esta perspectiva teórica, preservar e promover o seu sentido de segurança emocional constitui o objectivo primeiro da criança, motivador das suas acções e reacções (Davies & Cummings, 1998).

A criança pode obter segurança emocional, a partir do contexto do relacionamento interparental (Davies & Cummings, 1994), bem como da qualidade dos relacionamentos pessoais que mantém com os pais. Assim, na opinião dos autores, os relacionamentos conjugais destrutivos comprometem

o ajustamento da criança, ao ameaçarem o sentimento de segurança emocional desta (Davies & Cummings, 1998).

A segurança emocional[15] é conceptualizada como um constructo latente com uma série de funções proeminentes que podem ser representadas como três processos concretos. Primeiro, congruente com a conceptualização de segurança na Teoria da Vinculação, os autores consideram que a insegurança pode reflectir-se na reactividade emocional, caracterizada pelos elevados níveis de medo, *stress*, vigilância e hostilidade coberta. Assim, crianças que vivem em lares caracterizados por níveis elevados de reactividade emocional, como são as famílias em que existem conflitos conjugais severos, estão em maior risco de problemas psicológicos a longo prazo (Cummings & Davies 1996, cit. Davies & Cummings, 1998).

Em segundo lugar, a segurança emocional tem uma função motivacional ao guiar a criança na regulação da sua exposição ao *stress* emocional dos pais. A insegurança a este nível pode manifestar-se através da elevada regulação da exposição, revelada por um envolvimento claro no conflito parental ou por evitamento óbvio do mesmo. Por exemplo, quando uma criança procura mediar o conflito parental, isto pode revelar tentativas de controlo directo das emoções parentais, e consequentemente, de minimizar as sequelas negativas para a família. No caso das crianças que optam pelo isolamento social (e.g., evitamento), este seu comportamento, embora claramente distinto do anteriormente descrito, pode ter a função idêntica, de reduzir a exposição à ameaça, por forma a aumentar a sua segurança emocional (Davies & Cummings, 1998). Os conflitos interparentais em famílias que se caracterizam pelo elevado nível de conflitualidade têm uma grande probabilidade de se prolongarem no tempo, tornarem-se

[15] Implica uma definição tripartida da emoção: sentimentos intrapsíquicos, motivação do comportamento e representações.

progressivamente piores e passarem a incluir outros membros da família (Jourilies, Murphy & O'Leary, 1989; Wolfe, 1987, cit. Cummings & Davies, 1994), pelo que crianças de famílias como estas podem sentir-se motivadas a restabelecer a segurança emocional através do evitamento ou da intervenção (Emery, 1989). Todavia, a relação entre o tipo de estratégias de confronto com os conflitos e o nível de ajustamento da criança é bastante complexa. A aquisição de segurança pode ter origem na opção por estratégias de *coping* activas, resultantes de intervenções indirectas nos conflitos (e.g., pedir ajudar a outros) ou então intervenções directas, cujos propósitos podem ser os mais variados (e.g., o controlo dos incidentes, a protecção da vítima ou mesmo a reacção de agressão ao ofensor). Contudo, as estratégias passivas (e.g., afastamento do conflito) podem ter subjacente o mesmo objectivo, isto é, a obtenção de segurança, pelo evitar da exposição aos incidentes críticos (Sani, 2001). Qualquer uma das estratégias de controlo da exposição ao conflito pode ser uma forma bem sucedida de reduzir a exposição ao *stress* ou, em alternativa, um processo de regulação disfuncional que aumenta o risco psicológico para a criança (Davies & Cummings, 1998).

Por fim, um terceiro componente da segurança emocional são as representações internas da criança das relações maritais e familiares. Segundo Davies e Cummings (1998), as crianças provenientes de famílias altamente conflituosas têm uma maior probabilidade de desenvolver representações inseguras (e.g., medo da escalada do conflito; ocorrência de divórcio) acerca das relações familiares. Tais representações, por sua vez, podem elevar o risco de problemas de ajustamento da criança. Os autores dão o seguinte exemplo: o medo do adolescente de ser apanhado no meio do conflito parental pode mediar a ligação entre discórdia interparental e depressão ou delinquência no adolescente (Buchanan, Maccoby & Dornbusch, 1991, cit. Davies & Cummings, 1998). Assim, o nível de segurança emocional

está intimamente relacionado com as percepções que o sujeito desenvolve a respeito de episódios particulares do conflito, pelo que as crianças que se sentem inseguras acreditam estar mais ameaçadas pelos conflitos parentais do que as crianças seguras.

Em relação aos três componentes supramencionados, os autores consideram que, embora representem aspectos distintos da segurança emocional, estes são interdependentes, pois contemplam um objectivo comum: a preservação da segurança emocional.

Vários estudos (e.g., Davies & Cummings, 1994, 1998) foram realizados pelos autores para testar a hipótese da segurança emocional como variável mediadora entre os conflitos conjugais e o ajustamento da criança. Embora nos primeiros estudos focassem um único elemento da segurança emocional, em estudos posteriores (e.g., Davies & Cummings, 1998) os autores propõem uma avaliação compreensiva dos três componentes da segurança emocional através de múltiplos métodos (observação comportamental, entrevista). Para além disso, para melhor isolar o impacto do episódio de conflito parental na criança através dos efeitos de uma situação imediata, as medidas da segurança emocional foram obtidas a partir de estímulos estandardizados através de um instrumento que designaram de *Parental Conflict Story Completion Task* (Davies & Cummings, 1998). Assim, para avaliar o ponto de vista das crianças face a situações de conflito foram recriados contextos *stressantes* em laboratório em vez de expor a criança a situações naturais de conflito. No estímulo que é apresentado a todas as crianças trata-se de um conflito verbal entre um homem e uma mulher, pedindo-se depois à criança que imagine que o conflito que está a ocorrer é entre os seus pais. A partir daqui a criança é sujeita a uma entrevista, em que são feitas várias questões que permitem avaliar as três dimensões da sua percepção: as consequências emocionais a curto prazo do conflito, as relações

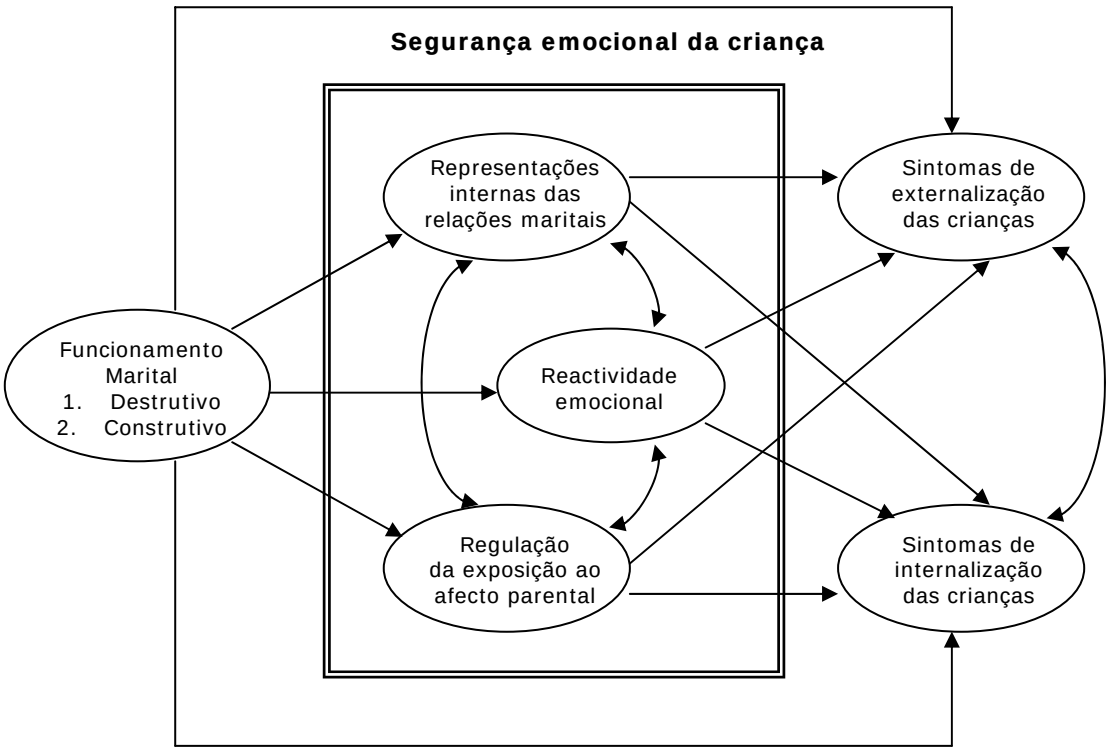
parentais a longo prazo e o impacto do relacionamento marital nas relações pais-criança. As respostas da criança são gravadas e codificadas nessas dimensões, assim como em termos da segurança global no que respeita à relação marital. De acordo com o estudo de Davies e Cummings (1998), estas quatro dimensões reflectem uma variável latente das representações internas das relações maritais, que medeia a ligação entre o conflito marital e os sintomas de internalização, mas não de externalização da criança, com idade entre os 6 e os 9 anos.

Cummings e Davies (1996, cit. Davies & Cummings, 1998) afirmam ainda que as diferenças individuais na segurança emocional estão relacionadas com a história de conflitos interparentais, possivelmente marcados por aspectos como a intensidade e a escalada da hostilidade e das discussões. Tais aspectos podem abalar o sentimento de segurança emocional da criança, ao aumentar o medo dela acerca da infelicidade dos pais com casamento e vida familiar, acerca do divórcio ou dissolução da família e o estender da hostilidade conjugal ao contexto familiar, afectando, por exemplo, as relações dos pais com a criança. Desde modo, criam-se circunstâncias propícias ao desenvolvimento de problemas de ajustamento na criança.

No estudo efectuado em 1998, Davies e Cummings procuram efectuar uma compreensão aprofundada dos processos maritais, quer do funcionamento conjugal construtivo (e.g., implicando formas de resolução do conflito, intimidade após o conflito, consenso geral), quer do conflito destrutivo (e.g., reflectidos em desentendimentos quanto às práticas educativas, hostilidade, escalada do conflito) (Davies & Cummings, 1998). Contida nesta abordagem esteve, também, a necessidade de avaliar sintomas de internalização e externalização através de múltiplos informantes (e.g., mãe, criança).

A Figura 3.4 sintetiza as hipotéticas ligações mediadoras da segurança emocional. As ligações indirectas entre o funcionamento marital e o ajustamento da criança reflectem o hipotético papel mediador da segurança emocional. Assim, as experiências de grande disfunção familiar tendem a comprometer a segurança emocional da criança e, consequentemente, aumentam o risco desta desenvolver problemas de ajustamento. As ligações directas entre as relações maritais e o ajustamento indicam que a segurança emocional é hipotetizada como sendo um mediador parcial, atendendo a outros processos de mediação significativos (cf. Grych & Fincham, 1990). Por fim, as linhas duplas que envolvem as componentes da segurança emocional querem significar que, como distintas, mas interdependentes, tais componentes são hipotetizados como estando modesta e positivamente interrelacionados (Davies & Cummings, 1998).

FIGURA 3.4 - Modelo teórico sobre o papel mediador da segurança emocional na relação entre o funcionamento marital e o ajustamento psicológico da criança (Davies & Cummings, 1998)



A hipótese da segurança emocional difere de outras conceptualizações no que respeita à ênfase que coloca na explicação dos processos emocionais (em oposição aos processos cognitivos e de modelagem) no âmbito dos problemas no casamento e na família, assim como nas implicações desenvolvimentais do conflito marital do ponto de vista da criança (em oposição à maioria dos modelos conceptuais sobre a infância). Esta teoria visa complementar as teorias alternativas, sendo a segurança emocional conceptualizada como um mediador parcial do conflito marital (Davies & Cummings, 1998).

2.5.1. A perspectiva de Crockenberg e Forgays (1996)

Crockenberg e Forgays (1996, cit. Grych, 1998) enfatizam, também, a necessidade de considerarmos os objectivos da criança para compreendermos o significado que o conflito tem para ela. Sugerem os autores que as crianças sentem-se afectadas por tais conflitos, quando estes surgem como um obstáculo à consecução dos seus objectivos (e.g., receber atenção de um dos pais). As emoções experienciadas e as reacções comportamentais que exibem dependem da expectativa criada quando à possibilidade de ver os seus objectivos repostos, das suas experiências na família e inferências acerca dessas experiências e crenças acerca do confronto com o conflito (Grych, 1998). À semelhança dos modelos anteriores, o modelo apresentado por Crockenberg e Forgays foca a perspectiva da criança acerca dos conflitos maritais e defende que as respostas da criança a conflitos específicos têm implicações a longo prazo na sua saúde e desenvolvimento.

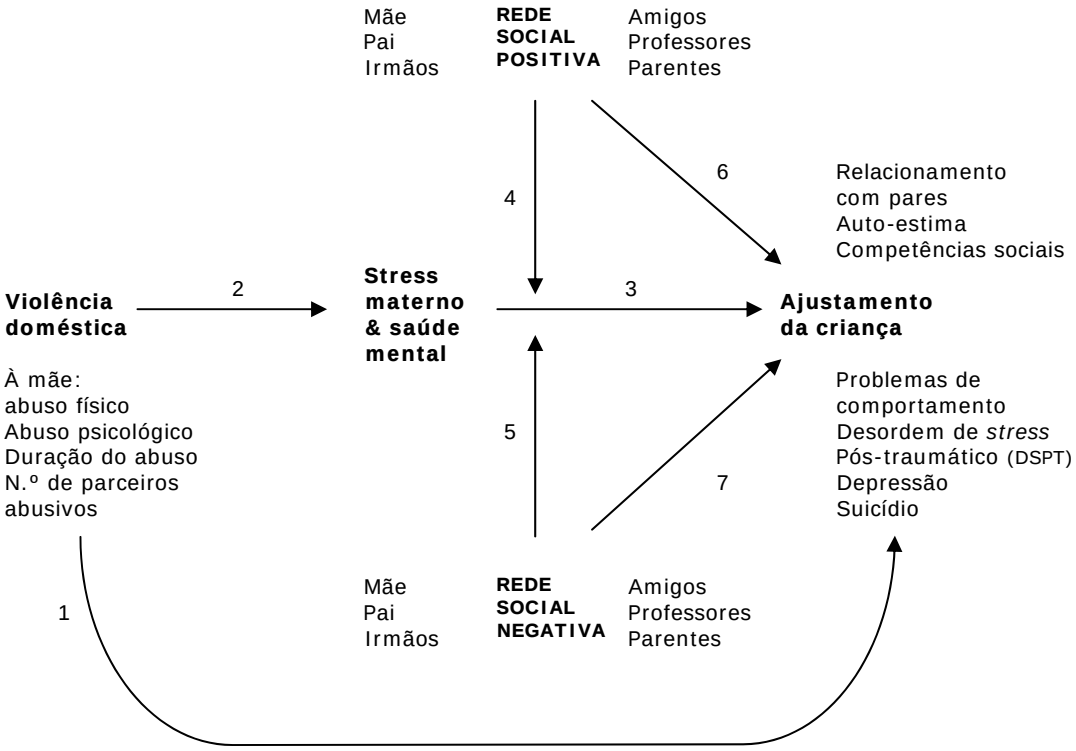
A explanação teórica que Crockenberg e Forgays apresentam é sustentada empiricamente. Os autores procederam a uma série de gravações em vídeo de situações de conflito marital e, posteriormente, apresentaram cuidadosamente às crianças segmentos seleccionados dessas gravações. Essas crianças foram depois sujeitas a uma entrevista gravada em vídeo, cujas respostas seriam depois codificadas (Fincham, 1998). Este tipo de procedimento tem a vantagem de poder ser usado com crianças muito novas (e.g., seis anos) e permitir potencialmente a comparação com respostas obtidas através de outros métodos de recolha de dados (e.g., observação, autorelatos dos pais das próprias crianças), mas exige todavia um negociar cuidado de aspectos de ordem ética e prática que se descurados poderão criar obstáculos à investigação.

2.6. O modelo de Graham-Bermann, Levendosky, Porterfield e Okun (1996)

Mais recentemente outros trabalhos procuraram compreender o impacto da violência doméstica ao nível das práticas parentais e o papel do contexto comunitário mais alargado, considerando-os mediadores importantes do ajustamento da criança (Graham-Bermann, 1998). Graham-Bermann, Levendosky, Porterfield e Okun em 1996, testaram um modelo (cf. Figura 3.5), num estudo em que participaram 121 crianças com idades entre os 7 e os 12 anos, que procurou mostrar que os relacionamentos das crianças com outros no seu contexto, podiam promover suporte ou *stress* adicional a uma criança exposta à violência doméstica (Graham-Bermann, 1998). As variáveis apresentada nesse modelo incluem *stress* e depressão da mãe, vários tipos de violência exercida sobre a mãe e o suporte social negativo e positivo

proveniente de uma variedade de pessoas do meio da criança, como sejam os professores, a mãe, o pai, outros parentes e os amigos.

FIGURA 3.5 – Modelo de Graham-Bermann, Levendosky, Porterfield e Okun (1996)



O modelo sustenta a ideia de que a existência de um relacionamento negativo adiciona um risco directo aos problemas de ajustamento na criança [1] e pode aumentar o impacto prejudicial da saúde mental da mãe [2] (Graham-Bermann, 1998). O bem estar da mãe é um mediador importante do ajustamento da criança [3]. Graham-Bermann (1998) afirma que a presença de um suporte social positivo não contribui para aliviar os efeitos da saúde mental da mãe no ajustamento da criança [4] ou para o ajustamento da criança [6]. No entanto, este modelo consegue explicar que o baixo suporte social [5] é um factor de risco para o ajustamento comportamental da criança [7], capaz de predizer as reacções da criança.

Todavia, parece-nos que este modelo só consegue explicar uma pequena percentagem da variância no ajustamento da criança. Muitas outras variáveis devem ser consideradas para além do suporte social.

2.7. O modelo de Harold e Conger (1997)

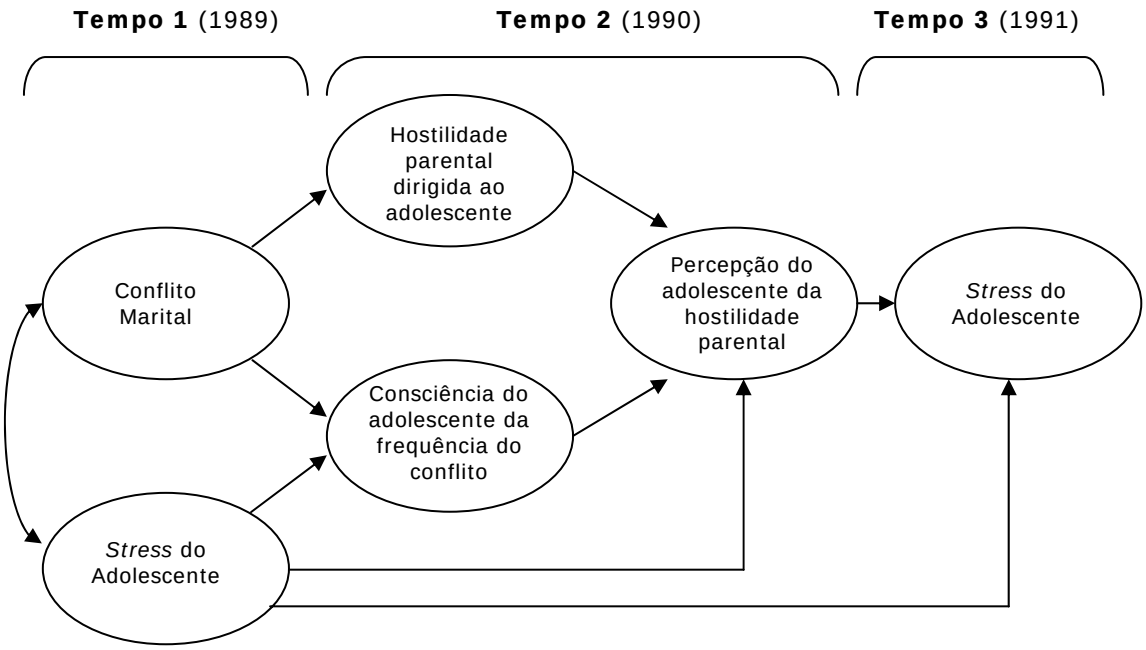
Harold e Conger propõem e testam um modelo que procura indirectamente ligar o conflito marital ao *stress* de adolescentes, em resultado das percepções que estes constróem a respeito da hostilidade parental (Harold & Conger, 1997). Esta proposta conceptual combina os factores contextuais sugeridos por Fauber e Long[16] (1991) e uma componente cognitivo-contextual específica sugerida por Grych e Fincham (1990). Harold e Conger (1997) defendem que o conflito marital (conceptualizado pela frequência e/ou intensidade da agressividade e hostilidade nas interacções maritais), está indirectamente relacionado com o ajustamento do adolescente através: (i) do nível de hostilidade parental dirigida ao adolescente; (ii) da consciência do adolescente da frequência do conflito marital; e (iii) das percepções do adolescente sobre a hostilidade parental dirigida ao próprio (cf. Figura 3.6).

O modelo foca uma série de eventos em que o conflito marital durante o primeiro ano do estudo (1989) estabelece uma série de processos de mudança que aumentam o risco de dificuldades de ajustamento dois anos mais tarde (1991). Paralelamente, hipotetizam que o primeiro tempo do conflito marital não está directamente relacionado com as dificuldades de

[16] Fauber e Long consideram que grande parte da relação entre o conflito marital e os problemas emocionais de jovens adolescentes pode ser explicada indirectamente pelas inconsistências relacionadas com as práticas parentais (Harold & Conger, 1997).

ajustamento do terceiro tempo. Em vez disso, é esperado que a agressividade expressa entre pais influencie o desenvolvimento do adolescente somente através do impacto na série de variáveis intervenientes propostas.

FIGURA 3.6 – Modelo conceptual de Harold e Conger (1997).



O modelo teórico proposto por Harold e Conger (1997), parte da proposição de que, quer a disrupção nas práticas familiares, indicada pela hostilidade dos pais para com o adolescente, quer a consciência pelo adolescente da frequência do conflito marital, medeiam o impacto do conflito marital na percepção do adolescente sobre o nível de hostilidade parental experienciado por este (cf. Figura 3.6). Isto é, os autores argumentam, à semelhança do modelo de Grych e Fincham (1990), que não é o conflito marital em si que afecta directamente o jovem, mas antes a percepção de hostilidade que este constrói que lhe causa directamente desconforto (Harold

& Conger, 1997). Segundo o modelo, o conflito marital não origina directamente problemas de ajustamento, mas ocasionaria a percepção de que os pais são em geral agressivos e hostis para o adolescente, como o são um para o outro. A consciência do conflito marital torna o adolescente mais vigilante aos comportamentos parentais idênticos, sendo a percepção destas acções que lhe agrava os *stress*.

Assim sendo, este modelo postula duas etapas de processo através do qual o conflito marital pode afectar o desenvolvimento do adolescente: I. pais que são agressivos e hostis entre si têm uma maior probabilidade de expressar comportamentos similares dirigidos aos seus filhos; e II. a observação do comportamento dos pais afecta a percepção do adolescente, sendo que quanto maior for hostilidade percebida como dirigida a ele, maior é a probalidade deste se mostrar ansioso ou deprimido devido a esses comportamentos de rejeição ou maior será a facilidade com que este jovem assuma tais acções como parte do seu próprio estilo interacional. Concluem os autores, que a hostilidade entre os pais pode ser ameaçadora para o adolescente e aumentar-lhe a preocupação de que poderá ser ameaçado da mesma maneira, pelo que cuidadosamente irá monitorizar e tomar consciência dos comportamentos de hostilidade parental (Harold & Conger, 1997).

Por fim, o modelo também considera os níveis prévios de *stress* psicológico no adolescente. Esta inclusão pode ser explicada de duas formas. Primeiro, a inclusão de *stress* prévio controla, pela presença possível de uma afectividade negativa, o enviesamento contido nas medidas de auto-relato do adolescente. Tais medidas podem ser afectadas por vários factores de disposição do sujeito que devem ser tidos em consideração. Por exemplo, um indivíduo que experimente mais *stress* que outro, terá uma visão de si menos favorável, uma visão mais negativa dos outros (como os pais) e está menos

satisfeito consigo próprio. Assim, verificar previamente o *stress* ajuda a controlar um enviesamento de afectividade negativa que pode originar uma correlação alta entre o relato do adolescente sobre a hostilidade dos pais e o seu próprio *stress* negativo. Segundo, a verificação do *stress* prévio fornece uma estimativa de mudança na variável dependente, como resultando da percepção do adolescente da hostilidade parental.

Em nosso entender, embora foque o papel importante das representações na compreensão do impacto dos conflitos interparentais na criança, este modelo não parece contribuir para explicar os problemas de ajustamento em crianças que, atendendo às propriedades dos conflitos, exibem uma percepção de ameaça cuja preocupação central não é consigo própria, mas com a integridade física e psicológica da vítima, como nos relatavam algumas crianças (cf. Sani, 2002). Por outro lado, simplifica demasiadamente a compreensão do impacto, atribuindo a um ou dois factores mais objectiváveis, quando existem outros mediadores, alguns deles derivados da própria experiência subjectiva da criança que poderão ter um peso significativo nessa compreensão (e.g., percepção de legitimidade da violência, competência, controlo – Sani, 2002).

CONCLUSÃO

Os modelos apresentados têm um papel importante na compreensão do ajustamento das crianças expostas à violência interparental. As primeiras abordagens surgem com orientações sobretudo comportamentais e cognitivo-comportamentais, nas quais se discutem a importância de modelos de défice e o processamento cognitivo. Posteriormente outras conceptualizações foram surgindo, baseadas no trauma, em orientações sistémicas e teorias relacionais ou da vinculação que abordam o significado da violência interpessoal na representação do *self* e do mundo.

Assim, verificámos que a modelagem e as contingências comportamentais (e.g., reforço negativo) no âmbito da teoria da aprendizagem social (Emery, 1982; 1989), as práticas parentais na teoria familiar sistémica (Fauber, Forehand, Thomas & Wierson, 1990) e os processos cognitivos e de *coping* na abordagem cognitiva - contextual (Grych & Fincham, 1990), continuam a ser considerados como mediadores potencialmente importantes dos conflito marital (cit. Davies & Cummings, 1998). Contudo, encontramos algumas explicações teóricas que não assumem a participação activa da criança. Pela nossa experiência (cf. Sani, 2002) consideramos que o impacto na criança dos conflitos interparentais é melhor compreendido se atendermos às interpretações que a criança elabora acerca do acontecimento. As reacções das crianças aos conflitos, mesmo para incidentes que apresentam características muito semelhantes, são consideravelmente diversas, o que sugere que na compreensão destas diferenças individuais, as representações e significados construídos pela criança constituem um importante mediador do impacto desta experiência de vitimação indirecta (Sani, 2002). Alguns modelos teóricos (e.g., Crockenberg & Forgays, 1996; Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Jaffe,

Wolfe & Wilson, 1990) têm vindo a sublinhar a importância da avaliação subjectiva da criança na resposta ao conflito interparental e consequentes implicações ao nível do seu ajustamento.

Dado o número de domínios desenvolvimentais que podem tornar-se disruptivos é provável que qualquer abordagem teórica dificilmente consiga abarcar todas as dificuldades observadas ou os diversos padrões de problemas e resiliência que cada criança apresenta. No entanto, é indiscutível que cada abordagem dá o seu contributo específico para a compreensão do impacto na criança da exposição à violência interparental, ao promover novos *insights* em diversas áreas.